



Campanha Semana Vermelha conquista retomada de negociações em defesa da segurança orgânica em Barueri



Mobilização foi vitoriosa e garantiu negociação com os representantes residenciais

Após três dias de mobilização, a diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Barueri decidiu encerrar a Campanha Semana Vermelha, cujo propósito foi lutar pelos direitos dos profissionais da segurança orgânica.

“A nossa campanha seria realizada até sexta-feira, dia 19, mas foi interrompida devido a um acordo fechado entre a entidade e a comissão dos representantes residenciais que definiu o início de uma nova rodada de negociações”, pontuou o presidente do Sindicato, Amaro Pereira.

Na próxima segunda, 22/8, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri se reunirá com a comissão para discutir os interesses dos trabalhadores, principalmente o reajuste salarial.

Campanha Vermelha

Os vigilantes de segurança orgânica são os agentes responsáveis pelo bem-estar e segurança dos condomínios e, respectivamente, de seus moradores. Nesse sentido, a mobilização atua em defesa de salários mais dignos e qualidade de vida para todos os profissionais do setor.

A Campanha também é de conscientização sobre o alto número de mortes dos trabalhadores nos postos de serviço, devido à precarização das condições de trabalho.

Conheça a pauta de reivindicação

- Reajuste salarial acima do INPC mais aumento real de 5%;
- Concessão de cesta básica, de acordo com o Dieese, de R\$ 448;
- Ticket-refeição de R\$ 25;
- Valorização da saúde do trabalhador, incluindo acompanhamento médico e psicológico. Além de autorização de encaminhamento de atestados de 15 dias para auxiliar o sindicato a solucionar os problemas que atingem os profissionais.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Governo anuncia retorno de vigilantes em 50 escolas de Macapá e Santana

Medida ocorre após 14 casos de roubos em ambientes escolares. Outra decisão é reforçar iluminação e segurança por meio de rondas da PM.



Funcionários das escolas ajudavam na vigilância
(Foto: Abinoan Santiago/G1)

O governo do Amapá anunciou em entrevista coletiva nesta quinta-feira (18), o retorno da vigilância para 50 escolas da rede pública de Macapá e Santana. Desde o fim dos contratos com prestadores do serviço, em 5 de agosto, 14 instituições foram roubadas.

Os vigilantes serão contratados, segundo o governo, por meio de contratos corporativos com a Secretaria de Estado da Administração (Sead).

Outra medida para garantir a segurança nos prédios escolares foi estender o trabalho do Batalhão de Policiamento Escolar, que ocorria durante o horário de aula. Agora, as rondas vão se estender até às 3h, diariamente.

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) informou que a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) vai reforçar a iluminação na parte externa das escolas, também como estratégia para diminuir as invasões.

Segundo a secretária de Educação, Goreth Sousa, manter o contrato de vigilância de R\$ 60 milhões para a Educação não é viável mais para o governo.

“O governo não teve como manter o quadro de vigilantes em meio à crise econômica. Dialogamos com o sindicato e as empresas de vigilância. Tínhamos 11 contratos, sete são

referentes a escolas rurais que foram renovados e estão sendo pagos em caráter indenizatório, e quatro da área urbana, encerrados pela inviabilidade da situação financeira”, informou a secretária.

De acordo com estatística da Polícia Militar (PM) do Amapá, desde a ausência dos vigilantes, 14 escolas foram invadidas em Macapá e Santana, tendo havido 2 assaltos e 12 furtos. Após repercussão dos casos, professores e alunos realizaram protestos para pedir segurança.

Durante a coletiva, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amapá (Sejusp) apresentou um modelo de vigilância eletrônica monitorada. Segundo o secretário, Gastão Calandrini, a estratégia é eficaz em outros estados que trabalham em conjunto com a investigação da Polícia Civil.

“O modelo de vigilância eletrônica monitorada é mais econômico. Essa estratégia foi adotada em vários outros estados. No Amapá, dependendo da localidade, escolas terão apenas a vigilância eletrônica e em outras apenas os vigilantes, em pessoa físicas e há casos onde haverá dois [profissionais]”, informou Calandrini.

Fonte: G1



Em coletiva de imprensa, modelo de vigilância eletrônica monitorado foi apresentado (Foto: Jorge Abreu/G1)

Dupla rouba armas de empresa de segurança privada em João Pessoa

Ladrões também levaram munições, coletes balísticos e rádios. Funcionários que foram assaltados distribuíaam o material de segurança.



Assalto aconteceu no trecho da BR-230 próximo ao Corpo de Bombeiros (Foto: Walter Paparazzo/G1)

Dois funcionários de uma empresa de segurança privada foram assaltados no fim da tarde desta quinta-feira (18), em João Pessoa. Segundo o delegado plantonista da Central de Flagrantes, Leonardo Formiga, os criminosos levaram sete armas, entre outros materiais.

De acordo com Formiga, os funcionários eram responsáveis pela distribuição dos materiais da empresa e estavam a caminho de um dos postos para entrega. Quando estavam na BR-230, próximo ao Corpo de Bombeiros, foram abordados por uma dupla armada.

A polícia acredita que os ladrões já tinham conhecimento do material que as vítimas transportavam e estavam seguindo o veículo. Além das sete armas, foram levadas 81 munições calibre .38, dois coletes balísticos e três rádios transmissores. Até as 21h desta quinta-feira, ninguém havia sido preso.

Fonte: G1

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e suas entidades filiadas vêm cobrando da Polícia Federal mais controle para acabar com as inúmeras irregularidades que ainda ocorrem na segurança privada. O Sindicato dos Vigilantes do Estado da Paraíba orienta a todos os trabalhadores que tenham o maior cuidado possível com seu equipamento de trabalho. “A violência aqui, e em todo o país, está muito grande. Estão roubando armas e coletes à prova de bala para cometerem crimes ainda maiores”, afirmou o secretário Geral da entidade, Acácio Cavalcante de Lima.

“O Sindicato já entrou em contato com a Naja Vigilância e aguarda mais informações sobre o assalto”, afirmou.

Fonte: CNTV

TRT/AL propõe a entidades sindicais audiência pública para discutir reforma trabalhista



Secretário de Transporte de Valores da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, participou da reunião

Na manhã desta quinta-feira (18.08), o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT/AL), desembargador Pedro Inácio, esteve reunido com representantes sindicais para discutir as consequências das reformas previdenciária e trabalhistas para os trabalhadores e para toda a sociedade. O magistrado externou a intenção de realizar audiência pública para discutir o tema. No encontro também foram analisados os efeitos de uma eventual aprovação da PEC 241 e do PLP 257, bem como os riscos decorrentes da precarização das relações de trabalho e do processo de desmonte da Justiça Trabalhista.

Também participaram da reunião os juízes do Trabalho Ana Cristina Magalhães, Alda Barros e Sérgio Queiroz. No tocante à audiência pública,

cujos dados de realização serão agendados em breve, o desembargador Pedro Inácio frisou que a ideia é reunir parlamentares, Ministério Público do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AL), Secretaria Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e representantes das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores. Nos próximos dias, os sindicatos patronais também serão convidados a se reunir com o presidente do TRT/AL, já que as reformas estão diretamente relacionadas à crise econômica que afeta todo o Estado.

De acordo com o magistrado, a conjuntura é temerária e requer a união de todos para conter o avanço da precarização dos direitos trabalhistas. “Essas reformas irão atingir drasticamente os setores público e privado.

Nunca se havia pensado em algo tão drástico, que pretende mexer em praticamente todos os direitos trabalhistas conquistados por meio de tanto esforço”, avaliou.

O magistrado ainda chamou a atenção para o processo de desmonte pelo qual vem passando a Justiça do Trabalho. “Além dessas reformas, muitas outras estão por vir, a exemplo da proposta de ampliação da terceirização e do enfraquecimento da Justiça do Trabalho”, ressaltou.

Os representantes sindicais presentes parabenizaram o presidente do TRT/AL pela iniciativa de realizar uma audiência pública para discutir os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários. Segundo Nestor Silva Powell, presidente do Sindicato dos Urbanitários, é muito importante que a sociedade tenha conhecimento de todos os ataques que vêm sendo engendrados contra os trabalhadores e, principalmente, contra a Justiça do Trabalho.

O vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/AL), José Cícero da Silva, destacou que, na audiência, os trabalhadores terão a oportunidade de construir alternativas e ações para dar uma resposta à altura àqueles que estão lutando contra os seus direitos.

Já o diretor do Sindicato dos Bancários, Daniel Nunes Pereira, salientou que o TRT/AL representa uma grande conquista não somente para os trabalhadores, mas para toda a sociedade alagoana. “É preciso que todos nós, trabalhadores, estejamos juntos para lutar contra esse desmantelamento. Toda a pauta de destruição de direitos, que estava represada ao longo dos últimos anos, veio à tona novamente e de maneira mais agressiva”, observou.

A juíza Ana Cristina Magalhães reforçou a importância da atuação dos sindicatos. Segundo ela, é preciso que as entidades sindicais conscientizem e instiguem a conscientização

individual de cada trabalhador, para que o indivíduo conheça a essência das conquistas obtidas e valorize a luta pela manutenção dos direitos.

De acordo com a juíza Alda Barros, os trabalhadores, sindicatos e órgãos públicos devem agir de maneira sincronizada e organizada. “Precisamos trabalhar a conscientização individual e atuar de maneira organizada para resistir a estas investidas”, afirmou.

Para o juiz Sérgio Queiroz, o momento requer uma parceria em prol da conscientização social. “É necessário repensarmos o nosso papel e fortalecer nossos laços. Precisamos reagir contra essa crise que se aprofunda e que não tem precedentes”, advertiu.

Participantes - Também estiveram presentes à reunião o presidente e o vice-presidente do Sindicatos dos Metalúrgicos de Alagoas (Sindmetal), José Jobson Ferreira Torres e José Valter Ferreira de Araújo; os diretores do Sindicato dos Bancários Daniel Nunes Pereira e Gilvan Abreu; o diretor do Sindicato dos Urbanitários, Alexandre da Silva Costa; o secretário de Finanças da Central Única dos Trabalhadores, Luciano da Silva Santos; os diretores do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro AL/SE), Ronaldo de Souza e Antoniel Accioly Wanderley; o presidente e o vice do Sindicato dos Jornalistas (Sindjor), Flávio Peixoto e Isaias Barbosa, e a 2ª Vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Valdice Gomes, e o presidente e a secretária-geral do Sindicato dos Vigilantes, José Cícero Ferreira e Maria Mônica da Silva Lopes.

Fonte: TRT-AL

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF